

América Latina: todos na escola em 2010

8661 701 82

O GLOBO

CÉSAR GAVIRIA

Os ministros de Educação dos países do hemisfério americano estão reunidos em Brasília com o objetivo de dar continuidade às decisões sobre educação aprovadas pelos chefes de governo durante a recente Reunião de Cúpula das Américas.

No Encontro de Santiago, em abril passado, os governantes confirmaram a decisão de dar prioridade ao tema do ensino e concordaram que a educação constitui o fator determinante para o desenvolvimento político, social e econômico de nossos povos. Por decisão dos chefes de governo dos países das Américas foi reiterado o compromisso de assegurar, para o ano 2010, o acesso a uma educação primária de qualidade e a permanência na escola para 100% das crianças.

Enfrentamos atualmente o desafio representado pelo fato de que a educação, em nossos países, em termos gerais, não foi capaz de atender às novas necessidades criadas pelos modelos de desenvolvimento caracterizados pela abertura de mercados e concorrência internacional. Infelizmente os sistemas educativos não estão respondendo bem aos desafios gerados pelas demandas políticas, econômicas, científico-tecnológicas, sociais e culturais que caracterizam os anos 90. Muitos analistas chegam a falar de uma crescente distância entre os sistemas educativos da nossa região e as necessidades do desenvolvimento. É reconheci-

da a má qualidade da maior parte da educação pública que tem apresentado um papel cada vez menor no sentido de promover a mobilidade social, e ao mesmo tempo se pode identificar a debilidade da educação profissionalizante e a proliferação de estabelecimentos universitários de baixa qualidade.

A melhoria de nosso sistema educativo contribui para a formação de cidadãos conscientes, informados, eficientes, responsáveis e tolerantes, capazes de assumir uma atitude crítica frente à informação, defender as práticas democráticas, a solução pacífica de conflitos e a busca de consensos. A conquista da cidadania através da educação promove o abandono do conformismo nos processos de ação coletiva. O novo cidadão, assim formado, será capaz de respeitar e valorizar a diversidade e evitar a expansão da violência urbana e rural.

No nosso continente podemos encontrar algumas experiências que obtiveram êxito na implantação da descentralização, autonomia local das comunidades e escolas, gestão democrática, ensino participativo e educação para o trabalho e para a cidadania responsável. Estas experiências, entretanto, não foram utilizadas, ainda, de maneira sistemática, na definição de uma política educacional de amplio

espectro. Em muitos países, as autoridades se deparam com ministérios de educação que são, tradicionalmente, estruturas institucionais débeis, incapazes de promover uma política educativa que corrija as deficiências e reordene as características de nosso sistema educativo.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) recebeu dos chefes de governo, em Santiago, as tarefas de dar apoio aos programas educacionais dos países;

estimulando a cooperação regional em áreas como a educação à distância; o desenvolvimento e uso de tecnologia de informação para a educação; atualização de estatísticas educativas e avaliação da qualidade do ensino, buscando assegurar uma cooperação sintonizada com as necessidades específicas de cada país. Ficou também decidido, segundo o Plano de Ação de Santiago do Chile, que a

OEA deve facilitar a colaboração entre os países do hemisfério, promovendo reuniões de nível ministerial e demais mecanismos que os Estados estão desenvolvendo no âmbito do Conselho Interamericano para o Desenvolvimento Integral (CIDI).

A reunião de Brasília, ora promovida pela OEA no âmbito do CIDI, é a primeira reunião de ministros de educação a dar seqüência à Reunião de Cúpula de Santia-

go. Conforme estabelecido através do Plano de Ação, assinado em Santiago do Chile, a reunião em Brasília visa a desenvolver um projeto de implementação das iniciativas no campo educacional formuladas pelos chefes de governo dos países americanos.

Estamos em meio a um processo que pode vir a ter um grande significado para o futuro da cooperação educativa nas Américas. Tenho a certeza de que o atual sistema de consultas e ação comum nos campos político e técnico vai trazer grandes benefícios para a educação em nossos países.

Todos vamos ter que assumir a responsabilidade de mobilizar os cidadãos das Américas para participar na tarefa de reformar o nosso sistema educacional. Estamos falando de uma tarefa gigantesca em termos de formulação de políticas públicas e estratégias de ação educativa, na qual toda a sociedade deve estar comprometida. Afinal, se buscamos resultados concretos, precisamos adicionar à vontade de política os esforços dos governos, os congressos e a administração local. Ao mesmo tempo, se faz necessária a contribuição dos diversos protagonistas do processo educativo, tais como professores, alunos, pais de alunos, organizações e sindicatos vinculados ao magistério, setores produtivos, autoridades locais e a ativa participação da sociedade civil.

a educação (...)
não foi capaz
de atender
às novas
necessidades

CÉSAR GAVIRIA é secretário-geral da Organização dos Estados Americanos, OEA.